ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

INFORME apubh

MARÇO 1989 - Nº 82

APUBH agradece II

E o trabalho de (re)construção da "Memória Apubh" recebe mais uma (duas) substancial colaboração. O material remetido pelas professoras Ivana Versiani e Thaís Velloso Cougo Pimentel vem completar diversas lacunas da história do Movimento Docente na UFMG.

O material, em fase de seleção e organização, em breve estará à disposição de estudiosos, pesquisadores e interessados. E continuamos a receber qualquer documento ou material de valor histórico. Avisem-nos, pelo telefone 342-3504. Obrigado.



NESTE NÚMERO

VIII CONGRESSO DA ANDES - SINDICATO NACIONAL

DE OLHO NAS VERBAS

A TRÉGUA SALARIAL ACABOU ?

Calendário de Atividades

25 e 26.02.89 - Plenário dos SPF (Brasília)
27.02.89 - Reunião do Conselho Ampliada
01.03.89 - Assembléia Geral ICEX 9:30 hs
02 e 03.03.89 - Reunião Representantes do Setor Saúde
03.03.89 - Reunião do GT de Verbas
04 e 05.03.89 - Reunião Setor das Federais (Brasília)
09.03.89 - Assembléia Geral 2ª Rodada (proposta)
14 e 15.03.89 - Greve Geral

EDITORIAL

Perspectivas para mais um ano de luta

O ano letivo de 1989 se inicia com ameaça de retrocesso para as Universidades, Educação e demais Serviços Públicos do país. E este "INFORME" mais uma vez, sente-se no dever de alertar e informar os professores e a comunidade da UFMG sobre a gravidade dessas ameaças, algumas das quais já em efetiva implementação.

Já tivemos oportunidade de expor neste espaço e em outros documentos da APUBH, que consideramos o salário como "condição individual" e as verbas como "condição coletiva de trabalho". Pois bem, se durante a maior parte do ano passado a "condição individual", manteve-se com relativa estabilidade, a "condição coletiva", pelo contrário, sofreu cortes ferozes devido à quebra de compromisso governamental, (15% do OG para OCC).

Este ano, entretanto, ambas as condições mudaram; para pior! Nossos salários já sofreram pelo menos 3 ataques, enquanto os recursos do orçamento de custeio e capital - a condição coletiva de trabalho - que foi mínimo em 88 (4%), aponta, desde o Plano Verão, para a asfixia e, portanto, para a inviabilização do funcionamento das Universidades. Paralelamente, ameaça-se a comunidade universitária com demissões lineares, sem o mínimo critério de competência ou essencialidade.

O Movimento Docente, porém, junto com a comunidade científica e a sociedade civil organizada, não está alheio ao processo e nem paralisado, embora os níveis de mobilização das bases - a se medir pelo ano de 88 - não possam ser considerados ideais. A ANDES, agora já estruturada como Sindicato Nacional, vem de realizar em São Paulo seu VIII Congresso, quando se decidiu sobre importantes temas que podem solidificar a organização sindical, fortalecer a luta política e legitimar a representação jurídica dos docentes brasileiros em suas históricas bandeiras pelo ensino superior público, gratuito, laico e de boa qualidade.

São esses, pois, os temas deste 1º "INFORME" de 1989, que quer também conclamar todos os colegas da UFMG à mobilização e à participação na defesa das nossas "condições individuais e coletivas de trabalho".



De olho nas verbas

Uma das condições para o fim da greve de 1987 foi o compromisso do governo, através da Exposição de Motivos 69, assumida pelo Presidente da República, de destinar às Universidades 12,4% em 1987, do Orçamento Geral (OG) para o Orçamento de Custeio e Capitais (OCC). Para 1988, a proposta era de 15%. Na prática , a dotação em 87 foi inferior à metade do compromisso, e, em 1988, não chegou a um terço do mesmo.

Para 1989 o compromisso inicial (Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional) era inferior a 3%, dos quais a metade foi suspensa por medidas do governo que antecederam ao Plano Verão (ou será Plano Ladrão?). Este é o quadro atual, levando-se em conta que, além de tudo, os recursos são passados com total irregularidade, o que acarreta violento processo de corrosão inflacionária, que consome cerca de 20% do valor real dos recursos, segundo estudos que temos realizados.



Na reunião do Setor das Federais marcada para dias 04 e 05 em Brasília, será reavaliada a proposta histórica do movimento, de 27,8% do OG destinado a OCC.

Aposentadoria

A longa e sofrida batalha pela aposentadoria paritária, que vinha se encaminhando para um final feliz, sofreu recentemente um duro revés: o projeto criado pela SEDAP, que instituia Regime Jurídico Único (transformação dos celetistas em estatutários com liberação do FGTS) para os servidores federais, foi engavetado, assim como o seu mentor, o Ministro Aluísio Alves.



É preciso, portanto, arregaçar as mangas novamente e partir para um intenso trabalho político visando o desengavetamento do processo (o Aluísio Alves pode continuar na gaveta). E há que se notar que o Movimento Docente não pode ficar sem proposta a respeito. Temos, portanto, que construí-la.



A trégua salarial acabou ?

Em função da mundaça da data-base (de março para janeiro) e do não pagamento das URP's de abril e maio, tivemos nosso SALÁRIO NOMINAL congelado acima da média do SALÁRIO REAL (salário recebido no fim do mês). No entanto, não só a média de 1988 foi inferior à média de 1987 como a inflação de janeiro deste ano recolocou o salário muito próximo da média recebida em 88.

Além disso, o adiamento do pagamento (para o dia 10 do mês seguinte ao trabalhado) acarretará uma redução no VALOR REAL dos salários entre 10% e 20%, o que significa que JÁ estamos abaixo da média de 1988. Ao contrário do que se possa imaginar, esta não é perda de um único mês, é perda permanente.

Na prática, o governo federal está cortando nos salários para repassar ao capital: as atuais taxas de juros (que não contêm correção monetária) são próximas às taxas anteriores ao Plano Verão, onde estava incluída a correção. Ou seja: os salários deram marcha-a-ré, os preços aumentaram antecipadamente e o custo à dinheiro é o mais alto do mundo.

Para completar o quadro (e precisa ?) temos o cancelamento da antecipação de metade do 13º salário (mesmo as já requeridas), o não pagamento antecipado das férias e a ausência total de uma política salarial para os funcionários públicos federais.

Sobre os dois primeiros ítens, já solicitamos providências junto à Reitoria e estamos avaliando a possibilidade de ação jurídica. Quanto à política salarial, foi aprovado no VIII Congresso da ANDES - SINDICATO NACIONAL proposta de articulação com o movimento sindical, através da CUT, para construir as diretrizes de uma política salarial geral que abranja também o funcionalismo público.



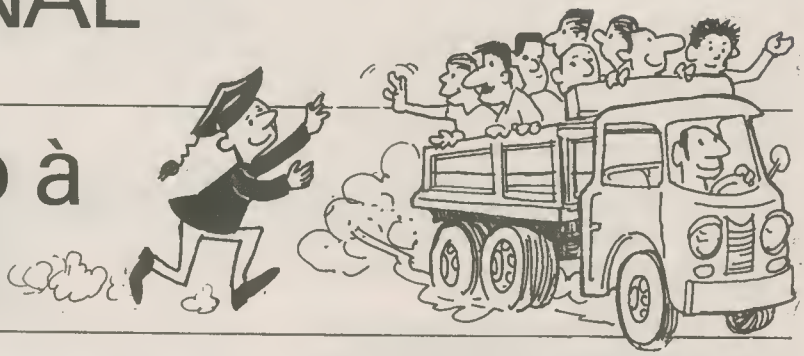
GREVE ?

Face a esse quadro de ameaça, o VIII Congresso deliberou pelo indicativo de greve por tempo indeterminado, além da mobilização para adesão à Greve Geral dos dias 14 e 15.

A Assembléia precisa se posicionar.

VIII CONGRESSO DA ANDES - SINDICATO NACIONAL

Filiação à CUT



Depois de sucessivos adiamentos, foi deliberado no VIII Congresso a filiação da ANDES-SN à Central Única de Trabalhadores. A decisão, tomada por ampla maioria, vem formalizar uma prática de trabalhos conjuntos realizada já há algum tempo, particularmente no processo constituinte.

A decisão, tomada após seis anos de discussão em Congressos e CONAD's, evidencia o amadurecimento da questão no seio do movimento docente e premia a maior coerência e consistência apresentada pela CUT com relação às outras centrais sindicais.

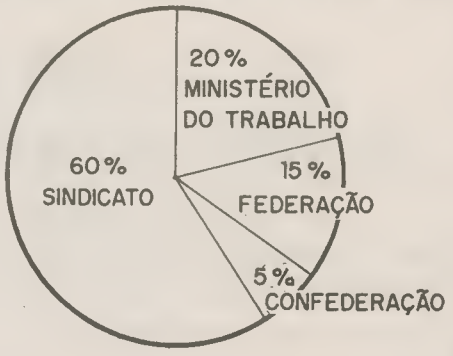
Contribuição sindical

A legislação trabalhista prevê que todo trabalhador, sindicalizado ou não, tenha COMPULSORIAMENTE descontado, do salário do mês de março, o correspondente a um dia de trabalho, em favor das entidades sindicais a que esteja afeto.

Ao sindicato cabe 60% do valor do desconto, que corresponde a 2% do salário. A ANDES - SINDICATO NACIONAL é, ESTATUTARIAMENTE (art. 67), contra esse tipo de imposto, denominado "contribuição" sindical.

No VIII Congresso deliberou-se pela devolução imediata de todos os valores que a ANDES-SN venha a receber, diretamente aos interessados.

Ocorre que o desconto, feito em março, só é creditado pelo governo em julho/agosto, sem correção alguma. Corre-se o risco, assim, de, na devolução a quantia ser irrisória. Considerando o estatuto da ANDES-SN e a resolução do Congresso, estamos encaminhando à Reitoria ofício solicitando que o desconto não se realize, evitando gastos e trâmites burocráticos demorados.



Organização do sindicato nacional



No processo de estruturação da ANDES - SINDICATO NACIONAL um item foi particularmente polêmico: a transformação definitiva das AD's, até 1990, em "Seções Sindicais". Tal transformação, na forma atual do estatuto da ANDES-SN, acarretará, necessariamente, renúncia à personalidade jurídica própria, passando as AD's a serem regulamentadas através de **regimento**, em sintonia com o **estatuto** da ANDES - SINDICATO NACIONAL.

Tal polêmica levou à criação do GT de Política Sindical, durante o VIII Congresso, realizado em São Paulo de 13 a 18 de fevereiro. Seu objetivo é ampliar e aprofundar a discussão. A nossa Assembléia Geral que antecedeu o Congresso se posicionou, unanimemente, pela manutenção do **estatuto** da APUBH, com a devida adequação à nova realidade.

Em todos os fóruns gerais da ANDES-SN, até o Congresso de 1990, este será um ponto de pauta obrigatório, pois implica em concepções diferenciadas de organização do movimento docente. Integre-se a esse debate. Até o congresso de 1990 a APUBH, mesmo mantendo seu estatuto, é reconhecida e terá prerrogativa de Seção Sindical da ANDES-SN na UFMG. E depois?

Seminário de Avaliação do Movimento Docente na UFMG

Dia 11.03.89, de 10:00 hs às 18:00 hs

Inscrições na APUBH
Até o dia 09.03, às 18:00 hs

Novo Telefone: 342-3504